



OS PARADIGMAS CULTURAIS NA CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

Raquel Célia Silva de Vasconcelos (FACED/UFC)

Introdução

Toda discussão sobre a educação no Brasil pressupõe uma análise do conceito de cultura quando se tem em vista que a demanda social por educação e o desenvolvimento vão refletir no processo de constituição do sistema educacional brasileiro. Por isso, é necessário compreender como se deu o processo de transplantação da cultura européia no Brasil colônia e no período de emergência da pequena burguesa em 1940 com a expansão imperialista no Brasil. São momentos históricos decisivos na concepção de educação implantada no país.

Assim, estabelece-se no Brasil uma pedagógica que não passa de reproduções de modelos burgueses convencionados por países que detêm o conhecimento técnico-científico e o controle socioeconômico e político. Isto implica que esses países impõem ao mundo o paradigma cultural, político e econômico preso às concepções burguesas. Percebe-se no Brasil a presença do método pedagógico alheio à diferença cultural e à realidade política local. Isto se agrava com a expansão do processo de massificação por meio da cultura.

A expansão da cultura de massa na Modernidade se firma por meio do nivelamento do pensamento que conduz o homem à condição de autômato. Isto demonstra que a educação universal proposta pela burguesia facilita a instrumentalização da razão.

Nesse aspecto, é importante analisar a antítese entre a cultura regional e a cultura de massa, dentro da perspectiva do monopólio da *Indústria Cultural*¹ em oposição às manifestações populares. Os movimentos de resistência da cultura popular fortalecem os movimentos sociais, permitindo à classe desfavorecida adquirir o direito à educação para seus filhos sem a exclusão do contexto sócio-cultural e econômico presente em cada região. Essas

¹ Um conceito elaborado por Adorno em oposição a postura otimista de Benjamin no que diz respeito a função revolucionária do cinema. Para Adorno, as teses de Benjamin não se sustentam, pois não apontam o antagonismo presente no próprio conceito de "técnica", haja vista que a técnica de reprodução além da homogeneização, também sacrifica o caráter único e a função social da obra de arte.



formas de resistência exigem uma educação de qualidade e um parâmetro educacional que corresponda à realidade local dos grupos sociais. Uma vez que a cultura é o processo de humanização do próprio homem e de seus bens culturais.

E ainda para o norte da presente reflexão, recorro aos ensaios de Walter Benjamin de crítica à cultura burguesa cujo foco é o processo de massificação na modernidade. Processo esse que conduz o homem moderno a uma *nova barbárie* e ao nivelamento cultural.

Do ponto de vista das manifestações populares, o conceito de cultura traz também em si, um grande leque de discussões e definições. No intuito de simplificação dessa exposição, tentarei formular o conceito de cultura popular, não como um conceito fechado, mas mediante uma modesta explicação, baseada na leitura da bibliografia aqui presente, que particularmente satisfaz o intuito desse estudo, em contraposição à imposição da cultura de massa.

Na tentativa de compreender o conceito de cultura e sua relação com a educação são analisados os seguintes autores: Marilena Chauí com os aspectos da cultura popular no Brasil; Alfredo Bosi com a relação dialética entre colônia, culto e cultura como processo de colonização e exploração do espaço brasileiro; o conceito de cultura sob a perspectiva de Antonio Augusto Arantes, Rosemberg Cariri e Oswald Barroso com a concepção da cultura popular enquanto expressão de resistência; também é analisado o conceito de etnocentrismo de Everardo Rocha; e finalmente, ainda fazendo parte dessa discussão é aprendida a análise de Otaíza Romanelli sob educação enquanto processo de transplantação de modelos culturais importados.

Cultura popular *versus* cultura de massa: uma realidade transplantada

O conceito cultura remete ao processo de interiorização dos valores e das tradições presentes nos rituais simbólicos de um povo. Nesse sentido, a cultura permeia as palavras colônia e culto uma vez que a raiz etimológica dessas palavras remete ao verbo latino *colo*, cujo significado é carregado de subjugação. A esse respeito, Alfredo Bosi (2000, p. 11)



comenta que “as palavras *cultura*, *culto* e *colonização* derivam do mesmo verbo latino *colo*, cujo particípio passado é *cultus* e o particípio futuro é *culturus*”. Isto pressupõe que na origem da palavra colônia encontra-se o discurso que originou o processo de transplantação da cultura. E ainda, vale observar que *colo* é matriz da palavra colônia que significa espaço ocupado ou terra de um povo (trabalhador), assujeitado.

Marilena Chauí, em *Conformismo e Resistência*, analisa do ponto de vista histórico o termo cultura tomando uma concepção moderna, deixando de se referir somente ao cultivo da terra, passando também ao cultivo das tradições do homem. Segundo a autora, o termo advém do verbo latino *colere*, referindo-se ao cultivo e cuidado com as plantas, com os animais e tudo relacionado ao cultivo da terra enquanto espaço de desenvolvimento da agricultura. A terra é usada como espaço de educação das crianças, obtendo-se a puericultura. O vocábulo estende-se, ainda, ao cuidado com os deuses, ou o culto à divindade.

Cultura significa civilização no sentido etnográfico, pois corresponde a um todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, leis, moral, costumes e todos os hábitos adquiridos pelo homem pertencente ao um grupo social. Deve-se considerar o conceito de cultura ligado às expressões da autenticidade, da integridade e da liberdade. O homem, ao contrário dos outros animais, é capaz de pensar, criar e ordenar seu pensamento e suas ações, projetando-as para o futuro e, acima de tudo, transmitindo suas experiências às gerações futuras. Toda capacidade de criação humana denomina-se cultura, todavia tendo presente o entendimento de que ela representa uma manifestação coletiva que engloba heranças do passado, o modo de ser do presente e aspirações futuras.

Desse ponto de vista, a cultura é algo genuíno, pois resulta de profundas relações estabelecidas entre os homens através de meios particulares, tornando-se dinâmica por ser capaz de se transformar quando acrescida de novas manifestações sociais. Portanto, ela pode ser entendida como concretização da existência em sua encarnação histórica. Nesse modelo genuíno encontram-se as manifestações da cultura popular.

Em geral, tratando-se da realidade social brasileira, onde os produtores de cultura que pertencem as “classes populares”, não conseguem muitas vezes se contrapor à cultura



dominante ou de massa, pois imersas nela, não se desvinculam da imposição da indústria cultural. Isto dificulta a assimilação por parte dessas classes do significado de educação do ponto de vista da informação como instrumento que pode ser usado para valorizar suas tradições, ou seja, a escola como espaço de resistência.

A cultura dominante é aceita, interiorizada, reproduzida e transformada pela “massa”, assim como, a cultura popular é repudiada, afastada e negada pelos dominados. Isto não significa que consideramos a cultura popular como algo desvinculado ou separado da dominante, mas como algo que se efetua dentro dessa mesma cultura, ainda que para resistir á cultura de massa. Por isso, não a tratamos, no Brasil, pelo ponto de vista de uma totalidade que se opõe à totalidade dominante, mas como práticas, representações e formas de consciência com lógica própria, que num jogo de insubmissão e resistência se diferencia e se impõe.

As manifestações da cultura popular, a contrapelo da indústria cultural, demonstram que a imposição desta última vem submetendo as manifestações populares ao total desaparecimento. Isto nos remete a um questionamento: como refletir uma educação em que prevaleça o regionalismo, valorizando as manifestações que priorizam a formação para convivência em comunidade e o desenvolvimento que valorize o homem do ponto de vista humano? Tendo em vista a devastação das manifestações populares que vem ocorrendo a um longo tempo, percebe-se uma relativa crise da cultura nacional em contraste com a cultura estrangeira, esta sempre obtendo expressivo privilégio em relação àquela. Perdemos o rumo que norteia nossas raízes culturais, pondo em crise nossa própria identidade cultural.

Do ponto de vista da educação, como pensar a formação da consciência de classe e as manifestações populares diante da imposição ou transplantação (utilizando o conceito de Nelson Werneck Sodré) de uma cultura que busca o nivelamento, facilitando o processo de massificação por meio dos paradigmas educacionais estabelecidos. Uma educação que visa atender aos interesses econômicos da classe privilegiada, uma vez que essa classe estabelece paradigmas para a educação de acordo com as exigências do capitalismo. Uma educação para



o trabalho e o consumo contribuindo para disseminação do acultramento alienante do povo brasileiro.

O Brasil desde os anos quarenta do século XX é um dos países que incorporou o dilema da Indústria Cultural, dando espaço ao estrangeirismo, sobretudo, norte-americano. Esta, solidamente instalada, age no lugar da cultural nacional, produzindo significativos danos à cultura popular. Atualmente, a força midiática produz e difunde uma cultura “enlatada” que se molda ao mercado consumidor, pois se torna mercadoria de fácil consumo para a população. O povo, uma vez ludibriado, não consegue mais diferenciar a cultura autêntica da cultura de massa cujo caráter alienado visa o consumo imediato.

Observa-se que no âmbito da cultura, não existem apenas atores e produtores que visam somente o lucro. O mercado se sustenta cada vez mais artificialmente, manipulando medíocres gênios – sem querer negar a existência deles - que direcionam sua criatividade para um caminho nem sempre o mais desejado. Um caminho traçado pelo mercado controlado pela indústria cultural que atualmente tende a ser cada vez menos local, regional e nacional. Neste quadro, é freqüente que as genuínas manifestações culturais, aquelas com verdadeiro vínculo com a terra, sejam deixadas de lado ou, ao contrário, se vêem com a necessidade de “se vender” para atender ao mercado, submetendo-se aos donos da produção que vêem a cultura como mercadoria, podendo ser produzida em grande escala através do aparato técnico-científico.

A indústria cultural atrai todos que estão em busca de fama, pois a situação criada é falsa, mas extremamente atraente, uma vez que a fama é uma imposição e não algo conquistado. Mas, nesse meio corrompido, onde qualquer pessoa entra e produz cultura independente de sua capacidade intelectual, nesse cenário falseado, como diferenciar talento e fraude?

De fato, há quem possa ser gênio e mercadoria, - e isso pode ser observado nos escritos de Walter Benjamin sobre a modernidade, quando analisa o processo de massificação e cita Baudelaire na condição de gênio da poesia lírica moderna, como o poeta de aura caída que vai ao mercado comercializar sua arte - ao invés de gênio e canastrão. Há fatos que



indicam - apesar de todos os dias surgirem inovações e modernidades que iludem os menos esclarecidos - que o Brasil tem, nos últimos anos, cuidado com mais apreço da cultura nacional. Mas isso não significa afirmar que os problemas acabaram, mas que pelo menos o povo brasileiro desperta de um longo sono manipulado pela indústria cultural estrangeira. Pode parecer paradoxal falar de valorização de uma cultura estereotipada de regional ou nacional, em meio aos rumores causados pela “globalização”.

Mas certamente é essa a tendência nacional, pois os grupos que representam os movimentos sociais de cultura presentes nas comunidades espalhadas pelo Brasil, com receio do processo de “uniformização” das culturas, criam mecanismos de resistência regional. E mesmo que isso aconteça de forma isolada, o importante é que permanecem vivos e lutando contra o nivelamento cultural, que apesar de todos os percalços estão resistindo e insubmissos, fazendo um trabalho precioso de revitalização e preservação da cultura brasileira.

Nesse contexto, a região Nordeste é celeiro dessas manifestações, aparentemente, e de fato, maior do que as demais regiões do Brasil. A intensa atividade cultural do Nordeste dá-se como oposição a dominação da região sudeste que intensifica a expansão da pseudo-cultura brasileira. Isso demonstra que o nordestino não é tão passivo, produzindo assim uma expressiva e intensa cultura regional que resiste à imposição da indústria cultural das regiões privilegiadas.

E nesse aspecto, é necessário aproximar a população dessa discussão, possibilitando à mesma o reconhecimento da riqueza, criatividade e originalidade das manifestações regionais, dignas de respeito porque não se pode negar que o povo nordestino produz cultura, resiste, faz arte. Na perspectiva de valorização dessa cultura temos a educação formal como condição de possibilidade de conduzi-la às instituições de ensino. A educação tem o papel fundamental na formação da identidade cultural das regiões e a função de conciliar o conhecimento formal, construído através das informações cuja intenção é preparar o indivíduo para o mercado de trabalho, com o saber das tradições populares.



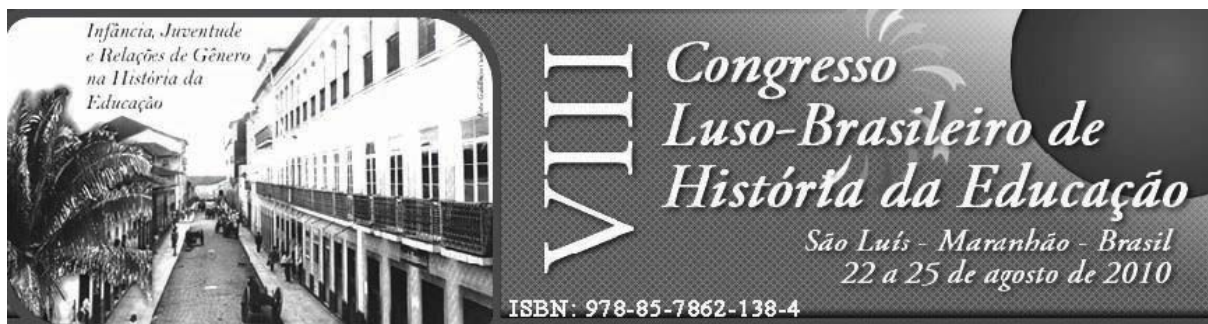
Assim, torna-se importante lançar outro olhar diante da ignorância da população quando julga as manifestações da cultural popular como inferiores. É fundamental olhar por outro prisma essas manifestações que revitaliza o saber popular e as tradições da vida em comunidade, pois remete o povo ao sentimento de pertencimento, tendo em vista a possibilidade de ruptura com a imposição da indústria cultural que reforça o processo de massificação.

A classe privilegiada olha com indiferença as manifestações de resistência popular. Isto significa dizer que nosso povo só consegue aceitar como plausível, o que lhes é introduzido pela mídia e, isso permite que os donos da indústria cultura utilizem a cultura de massa como instrumento de alienação e de usurpação de qualquer sentimento de valorização da produção diferenciada de cultura, no plano regional e nacional.

Portanto, se faz necessário vencer a tentativa da indústria cultural de associar a cultura popular à pobreza material e, não a riqueza intelectual. Também é necessário que os valores sejam reavaliados, a partir de uma discussão do verdadeiro sentido de arte. A reflexão dos movimentos de resistência da cultura popular fortalece os movimentos sociais, permitindo à classe desprivilegiada adquirir o direito à educação de qualidade para seus filhos sem a exclusão do contexto sócio-cultural e econômico de cada região.

A crítica de Walter Benjamin à cultura burguesa demonstra sua preocupação com a uniformização cultural. Em seus escritos, Benjamin analisa como a cultura burguesa com o processo de massificação do homem conduz a arte. O cinema em especial, torna-se o principal instrumento utilizado pelos estados autoritários para divulgação da ideologia burguesa. O capitalismo se apropria dessa arte e estabelece o modelo de cultura que visa o padrão de conduta por meio do controle social, político e moral do homem.

E isso não foi muito diferente no Brasil com a emergência da pequena burguesia que continuou a transplantação cultural, sobretudo, com um modelo de sistema educacional que busca atender aos interesses do capital estrangeiro. Falar de sistema de educação no Brasil significa pensar na dualidade entre ensino público e privado, ou seja, entre a escola para os filhos da classe operária que não percebem o significado da educação formal e a escola da



classe privilegiada que vêem seus filhos como herdeiros dos meios de produção e consumo. O velho dualismo que sempre esteve presente na história da educação brasileira desde a colonização. Na concepção de Otaíza Romanelli, “As trocas culturais se fizeram das mais diversas formas. No que toca ao Novo Mundo, elas foram aniquiladoras das culturas indígenas. [...] O que em verdade ocorreu foi uma transferência pura e simples dos padrões europeus para as terras das Américas²”.

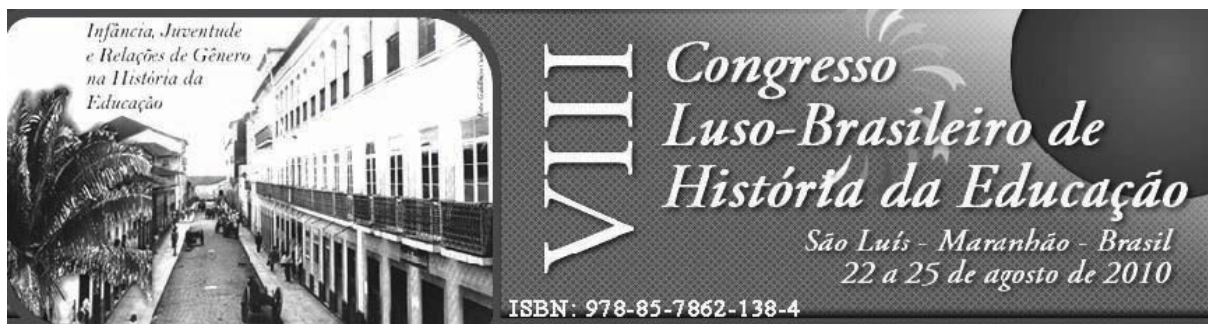
Assim, transplantava-se no Brasil um modelo de educação que atendia aos interesses da Igreja aliada aos interesses dos senhores de engenho. A cultura transplantada pelos jesuítas inspirava-se em uma cultura que tinha como parâmetro o modelo cultural europeu, sob a influência do modelo escolástico da Idade Média, e alheia aos interesses políticos da colônia.

Mas, a difusão do ideal iluminista que se espalhava na Europa não poderia deixar de chegar ao Brasil. Isto significa que os interesses da Igreja já não correspondiam aos interesses dos colonizadores (da coroa portuguesa), ou seja, com os ideais do Marquês de Pombal quando decide, em 1759, expulsar os jesuítas do Brasil e de Portugal. As crises econômicas que se sucederam no período colonial, sobretudo, o declínio da mineração e o atraso cultural geraram conflitos internos em relação aos Jesuítas que se generalizou por toda Colônia.

A expulsão dos padres ocasionou dificuldades no sistema educacional, pois toda a estrutura de ensino montada pelos jesuítas desmantelou-se, uma vez que, não existia no Brasil uma preocupação do governo colonial com a estrutura administrativa de ensino. Instala-se no Brasil a reforma pombalina cujo objetivo era por fim a uniformidade da ação pedagógica jesuítica e implantar a fragmentação do saber através das disciplinas isoladas.

No entanto, no século XX esse cenário muda com o crescimento acelerado da demanda social por educação e o aparecimento de uma demanda de recursos humanos que exigia participação nas decisões política no Brasil. Essa demanda de recursos humanos estava associada à pequena burguesia brasileira emergente que transformou o cenário político

² ROMANELLI, Otaíza. *História da Educação no Brasil*, p. 21.



brasileiro no período monárquico. A educação escolarizada da pequena burguesia a fez afirma-se enquanto classe social. E na tentativa de assegurar-se como classe e manter o *status*, a pequena burguesia exige escola para seus filhos.

Antes do processo de industrialização no período Vargas, a economia brasileira não exigia escolarização em termos de demanda econômica de recursos humanos, permanecendo a herança cultural de modelos de pensamento provenientes da Europa e a estratificação social, predominantemente dual na época colonial que favoreceu a presença da escola apenas aos filhos dos latifundiários.

Mesmo com essa demanda social, a escola continuava sendo vista como espaço para a classe que iria governar e controlar os bens de consumo no Brasil. Para a pequena burguesia brasileira, a escola tem a única função social: fornecer as condições para formação de seus filhos, futuros funcionários públicos que assumiriam os cargos políticos, administrativo e governamental. Isto pressupõe que a escola não correspondia à realidade econômica brasileira, pois a classe operária não tinha direito à educação.

O modelo urbano-industrial começa a exigir escola para atender a esses setores. Com isso, surge a concepção de educação para o trabalho, uma vez que a escola e toda estrutura escolar legitimam uma educação para servidão coletiva ao sistema capitalista que converge com o processo de massificação iniciado na segunda metade do século XIX.

A cultura de massa e a informação: mecanismos de transplantação dos valores burgueses e destituição do processo de humanização.

O discurso burguês de educação universal propõe um conhecimento básico que reforça o aparecimento de estudantes leigos e alheios às informações recebidas nas instituições de ensino. Trata-se de uma educação inspirada em um modelo de cultura que prioriza a constituição do profissional pela informação. Isto corresponde ao conhecimento mínimo que atenda áreas afins do mercado de trabalho e o interesse das grandes empresas. Assim, a educação não seria mais vista como necessária à formação de parâmetro escolástico e reflexivo. Benjamin denuncia que não existe uma preocupação com a formação para ação,



ou seja, a educação burguesa não conduz o homem para despertar a “consciência de si mesmo”.

No campo político, o modelo burguês de cultura e sociedade que se formam na Modernidade impede qualquer condição de transformação social do homem. A burguesia desenvolve as classes sociais e, simultaneamente, as desigualdades social, econômica e política com o afunilamento cultural do homem pela divisão do trabalho. Uma divisão presente no interior das fabricas que contribui para a fragmentação do homem.

Assim, a ideologia burguesa³ facilita a unilateralidade de pensamento, fonte de violência, miséria e analfabetismo. Na dimensão social, a cultura burguesa constitui uma sociedade, cuja origem parte de uma concepção ideológica presa aos velhos conceitos burgueses - sujeito, identidade, liberdade, autonomia e individualidade. São conceitos que nascem da ruptura entre a vida natural e a vida contemplativa do homem, eles permitem a ação da consciência burguesa por intermédio do *sujeito do conhecimento histórico*.

A fragmentação leva o homem a um exílio de si mesmo, que corresponde sua adaptação à máquina. Ela não permite a realização da totalidade a partir do conceito vazio de identidade que o homem estabelece com a mercadoria. O condicionamento do homem à máquina neutraliza a atuação da consciência do homem histórico, pensada por Benjamin, como condição de possibilidade de qualquer transformação.

Assim, o conhecimento que se legitima tem como pressuposto a ideologia cujo fundamento é o cientificismo. A ciência não corresponde às perspectivas de Benjamin, porque está vinculada a um saber que não tem caráter educativo. Ele acredita que a educação para

³ Com a burguesia emerge uma nova concepção de mundo que rompe com o saber supremo da religião. Desde o Renascimento, a religião sofria abalos com questionamentos em relação à autoridade do papa. Lutero abalou a estrutura com o protestantismo que culminou na destruição da unidade religiosa. Razão se opõe a Fé e a Revelação, antes critérios para existência do homem. Ao dogmatismo se opõe a dúvida, que desenvolve a mentalidade crítica do homem. Essa mentalidade crítica questiona a autoridade da Igreja, a filosofia de Aristóteles e polemiza a tradição. A dúvida estabelece a supremacia da razão, colocando o homem no centro dos interesses e decisões. O antropocentrismo laiciza o saber, a moral e a política, facilitando ao homem moderno a descoberta da subjetividade. O sujeito, como conhecedor, torna-se o problema central na Idade Moderna. O conhecimento moderno não parte mais apenas de noções e princípios, mas da realidade experimentada. A transformação do mundo moderno pelo conhecimento significa a alienação da ciência à técnica.



ação desvela a verdade, pois conduz o homem à formação da consciência do homem histórico.

Para Benjamin, a ciência se preocupa com o conhecimento estanque porque se prende às certezas do cotidiano imediato. Trata-se de um conhecimento desvinculado da experiência que propicia a expansão do historicismo⁴ através do sujeito do conhecimento histórico que é conduzido por uma razão abstrata. Esta processa a informação, facilitando a fragmentação do conhecimento, dificultando a reflexão, uma vez que a informação distorce a relação dialética entre linguagem e realidade, onde o conceito não corresponde ao real.

No âmbito da educação, a informação tem o poder de difusão do conteúdo apreendido de forma fragmentada e, isto facilita o esvaziamento do conceito por distanciar as palavras das coisas. E isso não se difere na apreensão da cultura, uma vez que ela se transforma em um bem de consumo vendido através da escola.

Do ponto de vista da cultura, Benjamin, em *O Narrador*, observa que o desaparecimento da narração compromete a ação. A narrativa é um conjunto de idéias articuladas pela linguagem que representa o caráter simbólico da palavra, porque “a idéia é algo de lingüístico, é o elemento simbólico presente na essência da palavra⁵”. O fim da narrativa fez o homem perder a faculdade de interação da experiência que imprimia um caráter de significado à comunicação. A experiência humana é substituída por dois veículos fundamentais à cultura burguesa média popular: informação e comunicação para as competências.

A informação destrói o caráter simbólico da palavra. Ela é processual, razão por que não necessita de experiência significativa. Benjamin afirma ainda que a,

Rígida exclusão da informação, no que diz respeito ao campo da experiência, depende, deste modo, do fato de que a informação não entra na “tradição”. Os jornais aparecem em grande tiragem. Já nenhum leitor tem facilmente “algo de si” para contar ao próximo. Existe uma espécie de competência histórica entre as diversas formas de comunicação⁶.

⁴ Benjamin concebe o conceito historicismo como algo negativo por se identificar com a história dos vencedores que tem com principio a consciência de si como processo de evolução da razão.

⁵ BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. p. 58 e 59.

⁶ BENJAMIN, Walter. *A Modernidade e os modernos*. p. 40.



A informação é determinada pela segunda natureza (a técnica) que se faz a si mesma, uma que ela não precisa da experiência para o relato histórico. Isto demonstra que a técnica, afirma Benjamin:

Substitui o antigo relato pela informação e a informação pela “sensação”, reflete-se a atrofia progressiva da experiência. [...] A narração não visa como a informação, a comunicar o puro em si do acontecido, mas incorpora na vida do relator, para proporcioná-lo, como experiência, aos que escutam⁷.

O caráter processual da informação inviabiliza a possibilidade de pensar o fragmento na esfera da totalidade. Sua capacidade processual facilita a morte da narrativa que é fortalecida pelo discurso ideológico burguês de progresso. A narrativa morre com a expansão do romance no início do período moderno, a partir da difusão da imprensa. A tradição oral tem origem e continuidade nas narrativas históricas, diferentemente do romance livresco, que não precede nem é alimentado pela tradição. O romance de formação expande o campo da informação acelerando o desaparecimento da narrativa. Com a informação, o saber popular é negado, haja vista que ela não carece de explicação porque possui a exatidão dos acontecimentos (ou fatos) narrados.

Portanto, a difusão da informação contribui para o fim da narrativa e toda difusão da cultura que se faz de forma fragmentada é desvinculada da realidade vivenciada, com isso, é destituído o processo de humanização que deveria se realizar por meio da cultura.

É nesse contexto que a educação burguesa entra em cena para determinar o processo de massificação, tendo em vista que a cultura perpassa o mundo da informação que se transforma em produto cultural indispensável ao projeto civilizatório burguês. Nesse projeto a criança e o adolescente se tornam o objeto de estudos da pedagogia, da psicologia e da sociologia.

Assim, a reflexão acerca da cultura também remete à educação da criança e do adolescente, pois o desenvolvimento intelectual dos mesmos ocorre paralelamente ao próprio desenvolvimento cultural. No entanto, o projeto burguês condiciona a criança e o adolescente aos parâmetros da cultura burguesa cujo interesse é a sobrevivência do sistema capitalista. A

⁷ BENJAMIN, Walter. *A Modernidade e os modernos*. Op. cit., p. 40.



vida “plena de descobertas e aprendizado” da criança e do adolescente está imerso nesse projeto condicionado ao viés econômico. E a educação contribui para essas descobertas, uma vez que a cultura burguesa se realiza através dela.

Entretanto, a cultura, no sentido amplo, traz sentido e significado para relações sociais que deveria convergir com o processo de humanização que perpassa o despertar para convivência coletiva e civilizatória. Então, se o homem é produtor de bens culturais, isso significa que esses bens também devem se humanizar. Como afirma Otaíza Romanelli (2007, p. 19), “a forma como se origina e evolui uma cultura define bem a evolução do processo educativo”. E o processo de humanização por meio da cultura demonstra que na história da humanidade, bem como na história da cultura é “o processo de transformação do mundo e simultaneamente do homem”. (ROMANELLI apud MORA, 2007, p. 20).

Considerações finais

A cultura é entendida como algo que expressa uma sociedade do ponto de vista axiológico, epistemológico e, sobretudo, estético. Isto significa que estão presentes como fatores determinantes no desenvolvimento da cultura os campos valorativo, técnico – científico e criativo, haja vista que a coerência de um hábito cultural deve ser analisada a partir do sistema a que pertence. Nas sociedades modernas, isso se dá a partir do paradigma educacional estabelecido no interior do grupo social que determina o que deve ser apropriado enquanto cultura a partir das práticas sociais estabelecidas pelo grupo que controla.

A universalização do conhecimento técnico-científico proposto pelo projeto burguês impõe por meio de informações vazias de significado e sentido, a efetivação dos paradigmas sócio-cultural e ideológico da classe burguesa como critério único de sentido ao mundo que tem por trás o processo de massificação através da cultura. A imposição do paradigma burguês de conhecimento na sociedade atual elimina a pergunta pela educação de qualidade que possa incluir de fato as manifestações dos movimentos sociais cuja cultura tem raízes no saber popular como forma de resistência à cultura massificada. E essa qualidade só é



alcançada com a resistência dos movimentos sociais que exigem espaço no processo de criação e recriação da cultura.

As formas de resistências dos movimentos sociais permitem a neutralização do mercado monopolista da cultura que impõe um modelo de educação que não corresponde à realidade regional. E ainda, conscientiza o povo brasileiro em relação à importância da cultura para ação e como esse mercado busca extingui-la.

A cultura do povo - esse conceito deve ser remetido à tradição da formação e aprendizado no leito comunitário - possibilita a formação de uma consciência histórica que contrapõe vivência à experiência. Isto seria possível, para Benjamin, quando a cultura se libertasse dos meios de produção capitalista. A principal aliada da cultura é a memória para a formação da “consciência desperta”, como afirma Benjamin. Ela conduz o homem para ação.

A Constituição Brasileira de 1988 através da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação traz a discussão sobre educação e tem como via o Parâmetro Curricular Nacional que aponta a participação dos movimentos sociais nas decisões dos conteúdos ministrados na escola. Pelo menos do ponto de vista teórico, esses conteúdos devem respeitar e expressar a diversidade cultural de cada região e grupo social. Embora, não seja o ideal, pois o conceito diversidade implica um parâmetro que todos devem seguir, na realidade, se existisse interesse em respeitar as diferenças regionais e culturais, falaríamos de diferença e, não de diversidade.

A diferença permite a participação de forças antagônicas que não se anulam, mas se complementam no processo dialético, uma vez que ambas existem em função da outra.



REFERÊNCIAS

- ARANTES, Antônio Augusto. O que é Cultura Popular. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BENJAMIN, Walter. A modernidade e os modernos. 2. ed., Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.
- _____. Obras escolhidas I, Magia e técnica, arte e política, ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed., 10 reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- _____. Obras escolhidas III, Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. 3. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização. In: Colônia, Culto e Cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CARIRY, Rosemberg; BARROSO, Oswald. Cultura insubmissa: estudos e reportagens. Fortaleza: Secretaria da Cultura e do Desporto, 1982.
- CHAUI, Marilena. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular do Brasil. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- ROCHA, Everardo. O que é Etnocentrismo. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Síntese de História da Cultura Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira 1970.